

VLI Multimodal S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro 2015 e 2014

Gerência de Contabilidade

Índice

.....	1
1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
2 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	4
3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	6
3.1 – <i>Balanços patrimoniais</i>	6
3.2 – <i>Demonstrações do resultado</i>	7
3.3 – <i>Demonstrações do resultado abrangente</i>	8
3.4 – <i>Demonstrações das mutações no patrimônio líquido</i>	9
3.5 – <i>Demonstrações dos fluxos de caixa</i>	10
3.6 – <i>Demonstrações do valor adicionado</i>	11
4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12
4.1 - <i>Contexto operacional</i>	12
4.2 - <i>Apresentação das demonstrações contábeis</i>	13
4.3 - <i>Principais políticas contábeis</i>	13
4.4 - <i>Estimativas e premissas contábeis críticas</i>	18
4.4.1 - <i>Estimativas e premissas contábeis críticas</i>	18
4.5 - <i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	19
4.6 - <i>Contas a receber de clientes</i>	19
4.7 - <i>Tributos a recuperar</i>	19
4.8 - <i>Dividendos a receber</i>	20
4.9 - <i>Despesas pagas antecipadamente</i>	20
4.10 - <i>Sinistros a recuperar e demais contas a receber</i>	20
4.11 - <i>Depósitos judiciais e Contingências</i>	21
4.12 - <i>Investimentos</i>	21
4.13 - <i>Imobilizado</i>	22
4.14 - <i>Intangível</i>	23
4.15 - <i>Fornecedores</i>	25
4.16 - <i>Contas a pagar</i>	25
4.17 - <i>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</i>	25
4.18 - <i>Obrigações fiscais</i>	27
4.19 - <i>Obrigações Sociais e Trabalhistas</i>	28
4.20 - <i>Provisões Operacionais</i>	28
4.21 - <i>Antecipações de clientes</i>	28
4.22 - <i>Dividendos propostos</i>	28
4.23 - <i>Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC</i>	28
4.24 - <i>Patrimônio líquido</i>	29
4.25 - <i>Receita</i>	30
4.26 - <i>Custos</i>	30
4.27 - <i>Receitas (despesas) operacionais</i>	31
4.28 - <i>Resultado financeiro</i>	31
4.29 - <i>Imposto de renda e contribuição social</i>	32
4.30 - <i>Partes relacionadas</i>	33
4.31 - <i>Benefícios a Empregados</i>	35
4.32 - <i>Gestão de riscos financeiros</i>	36
4.33 - <i>Eventos Subsequentes</i>	39
4.33.1 - <i>Deliberação da ANTT</i>	39
4.33.2 - <i>Aumento de capital</i>	40
5 – ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES.....	41

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da VLI Multimodal S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Belo horizonte, 28 de março de 2016.

A Administração.

2 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
VLI Multimodal S.A.
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações financeiras da VLI Multimodal S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VLI Multimodal S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1 e 4.33.1, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pela resolução 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, define as diretrizes de contabilização decorrente da devolução de aproximadamente 3.800 (três mil e oitocentos) quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob sua concessão atual, dos quais 07 (sete) trechos são considerados “antieconômicos” e 06 (seis) trechos “economicamente viáveis”. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais quanto à transferência de propriedade do bem dado em pagamento, decorrentes deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos. Estas medidas não aconteceram até o término dos nossos trabalhos. Nenhum ajuste foi incluído nas demonstrações financeiras em função deste assunto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de compras de serviços e operações de adiantamentos para futuro aumento de capital são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4.30 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 – Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais			
	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	251.090	280.708
Contas a receber	4.6	181.712	167.879
Estoque		9	-
Tributos a recuperar	4.7	169.955	144.040
Despesas pagas antecipadamente	4.9	4.144	3.860
Dividendos a receber	4.8	24.788	9.289
Sinistros	4.10	1.852	-
Demais contas a receber	4.10	9.380	4.409
		<u>642.930</u>	<u>610.185</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	4.11	708	600
Tributos a recuperar	4.7	137.418	39.549
Impostos de Renda e Contribuição Social diferido	4.29	9.232	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.23	2.908.658	2.502.658
Investimentos	4.12	3.558.441	3.042.457
Imobilizado	4.13	2.938.171	1.797.394
Intangível	4.14	5.550	12.941
		<u>9.558.178</u>	<u>7.395.599</u>
Total do ativo		<u>10.201.108</u>	<u>8.005.784</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	4.17	8.447	6.072
Debentures	4.17	17.378	-
Fornecedores	4.15	470.426	319.285
Contas a pagar	4.16	28.628	-
Obrigações fiscais	4.18	59.453	28.310
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.19	36.918	-
Dividendos propostos	4.22	69.388	49.070
Provisões operacionais	4.20	4.495	4.523
Antecipações de clientes	4.21	235	235
Demais contas a pagar		3	186
		<u>695.371</u>	<u>407.681</u>
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	4.17	1.963.523	1.139.366
Debentures	4.17	228.554	-
Provisão para Contingências	4.11	37	-
Benefícios a empregados	4.32	12.622	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	4.23	-	2.336.631
		<u>2.204.736</u>	<u>3.475.997</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	4.24	6.941.323	3.985.184
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(20.619)	(20.619)
Reservas de lucros		380.297	157.541
		<u>7.301.001</u>	<u>4.122.106</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>10.201.108</u>	<u>8.005.784</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.2 – Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida de serviços prestados	4.25	2.024.543	1.883.762
Custo dos serviços prestados	4.26	(1.620.802)	(1.568.415)
Lucro bruto		403.741	315.347
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas		(9.962)	-
Gerais e administrativas	4.27(a)	(165.899)	(129.090)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.27(b)	43.821	14.362
		(132.040)	(114.728)
Lucro operacional antes das participações Societárias e do resultado financeiro		271.701	200.619
Resultado de Equivalência Patrimonial		136.265	83.536
Resultado financeiro	4.28	(39.937)	(18.388)
Despesas financeiras	4.28	(57.767)	(28.848)
Receitas financeiras	4.28	19.075	9.775
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		(1.245)	685
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.29	368.029	265.767
Imposto de Renda e Contribuição Social		(75.890)	(59.156)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(85.122)	(59.156)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		9.232	-
Lucro líquido do exercício		292.139	206.611
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$		0,14	1,09

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.3 – Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	292.139	206.611
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>292.139</u>	<u>206.611</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.4 – Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	RESERVAS DE LUCROS					Total
	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de Expansão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
01 de janeiro de 2014	4.070.092	(20.619)	-	-	(84.908)	3.964.565
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	206.611	206.611
Redução de capital com absorção de prejuízo	(84.908)	-	-	-	84.908	-
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituição de reservas	-	-	10.331	147.210	(157.541)	-
Dividendos	-	-	-	-	(49.070)	(49.070)
31 de dezembro de 2014	3.985.184	(20.619)	10.331	147.210	-	4.122.106
Em 01 de Janeiro de 2015	3.985.184	(20.619)	10.331	147.210	-	4.122.106
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	292.139	292.139
Aumento de capital por AFAC	2.501.632	-	-	-	-	2.501.632
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituição de reservas	-	-	14.607	208.149	(222.756)	-
Dividendos	-	-	-	-	(69.383)	(69.383)
Aporte de Capital						
Moeda Corrente						
VLI S/A	50.000	-	-	-	-	50.000
Transferência de ações						
VLI S/A	404.507	-	-	-	-	404.507
31 de dezembro de 2015	6.941.323	(20.619)	24.938	355.359	-	7.301.001

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.5 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	292.139	206.611
Ajustes		
Resultado de equivalência patrimonial	(136.265)	(83.536)
Depreciação e amortização	540.768	526.691
Provisão para perdas e contingências	1.937	1.532
Despesas com variação monetária/cambial	1.245	(684)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.232)	-
Despesas com juros s/ empréstimos	44.554	-
Resultado financeiro não realizado	-	5.496
	<u>735.146</u>	<u>656.110</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(15.732)	(3.150)
Estoques	(9)	-
Tributos a recuperar	(123.555)	(112.675)
Despesas antecipadas	(285)	(3.821)
Dividendos recebidos	9.290	-
Depósitos judiciais e garantias	-	(552)
Demais contas a receber	(4.297)	9.006
Fornecedores	147.700	46.998
Contas a pagar	28.628	-
Obrigações fiscais	31.119	19.585
Obrigações sociais e trabalhistas	36.918	181
Benefícios a empregados	12.622	-
Demais contas a pagar	(209)	4.799
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>857.336</u>	<u>616.481</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(1.622.203)	(1.518.518)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(406.000)	(327.206)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(2.028.203)</u>	<u>(1.845.724)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	1.054.184	957.388
Juros pagos Empréstimos e financiamentos	(78.870)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	215.000	516.352
Dividendos pagos	(49.065)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>1.141.249</u>	<u>1.473.740</u>
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(29.618)</u>	<u>244.497</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	280.708	36.211
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	251.090	280.708

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.6 – Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		
Vendas brutas de serviços	2.340.456	2.208.811
Outras receitas (despesas)	74.751	26.619
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	(1.901)	(1.532)
	<u>2.413.306</u>	<u>2.233.898</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(186.521)	(122.317)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.212.798)	(1.183.729)
Provisão para perdas	(37)	-
Outros	(10.268)	(111)
Valor Adicionado bruto	<u>1.003.682</u>	<u>927.741</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(540.768)	(526.691)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>462.914</u>	<u>401.050</u>
Valor Adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	136.266	83.537
Receitas financeiras	21.326	11.085
Valor adicionado total a distribuir	<u>620.506</u>	<u>495.672</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e Encargos		
Remuneração Direta	45.496	-
Benefícios	45.328	-
F.G.T.S	3.104	-
Outros gastos com pessoal	1.523	-
	<u>95.451</u>	<u>-</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	107.230	143.925
Estaduais	38.150	90.830
Municipais	26.746	24.832
	<u>172.126</u>	<u>259.587</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	60.790	29.474
	<u>60.790</u>	<u>29.474</u>
Remuneração de Capital próprio		
Lucro líquido do exercício	292.139	206.611
	<u>292.139</u>	<u>206.611</u>
Valor Adicionado distribuído	<u>620.506</u>	<u>495.672</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A VLI Multimodal S.A. (doravante denominada “Companhia”) com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é controlada pela VLI S.A e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM;
- (b) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos.

A VLI Multimodal S.A. iniciou suas atividades operacionais em maio de 2011. Em 30 de novembro de 2011, a Vale Operações Ferroviárias S.A. passou a denominar-se VLI Multimodal S.A..

Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - Controlada

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multimodal S.A. que detém 99,99% de seu capital social.

Foi anunciada no dia 3 de julho, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Ferrovia Norte Sul S.A. - Controlada

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS") com sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão tem por objeto social principal realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A. mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis no dia 28 de março de 2016, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária prevista para 29 de abril de 2016.

4.3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados e mensurados pelo valor justo.

(b) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 4.4.

Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia não apresenta suas demonstrações contábeis de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Multimodal S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Multimodal S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

(c) Transações que não afetam o caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa (nota 3.5). Os Juros apropriados no imobilizado que totalizam R\$ 52.978.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

(e) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de “empréstimos e recebíveis”. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(f) Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

(g) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de juros efetiva.

(h) Investimentos em controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Nas demonstrações contábeis os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são as mesmas da Companhia.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passará a ser avaliado pelo valor justo e a Companhia reconhece no resultado do período qualquer diferença entre:

- (a) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e
- (b) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

(i) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas, líquidas".

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.13.

(j) Intangível

O intangível refere-se a direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

As estimativas de vida útil do intangível estão apresentadas na nota 4.14.

(k) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(l) Tributos sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(m) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

(n) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

(o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui contingências prováveis a serem provisionadas.

(p) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários e transporte ferroviário e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente; ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

(q) Dividendos

De acordo com o Estatuto será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

(r) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

(s) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1º de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

(t) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias, sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”), de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

4.4 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4.4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acreditam serem razoáveis e relevantes.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

- i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- iii. Provisão para contingências - A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.
- iv. Tributos sobre o lucro diferido – A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporárias em seus demonstrativos contábeis. A constituição dos tributos sobre o lucro diferido, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser

recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa é composto como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e Bancos	7.496	6.301
Aplicações Financeiras	<u>243.594</u>	<u>274.407</u>
	<u>251.090</u>	<u>280.708</u>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 101,13% em 31 de dezembro de 2015 e 100,69% em 31 de dezembro de 2014, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 - Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Contas a receber de clientes	153.906	164.396
Contas a receber partes relacionadas	32.788	6.564
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	<u>(4.982)</u>	<u>(3.081)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>181.712</u>	<u>167.879</u>

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	174.958	152.578
Vencidos até 3 meses	1.848	6.610
Vencidos de 3 a 6 meses	1.013	1.854
Vencidos acima 6 meses	<u>8.875</u>	<u>9.918</u>
	<u>186.694</u>	<u>170.960</u>

As análises de vencimentos dos créditos com empresas ligadas apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	29.331	3.569
Vencidos acima 6 meses	<u>3.457</u>	<u>2.995</u>
Contas a receber de clientes	<u>32.788</u>	<u>6.564</u>

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas contas a receber, comercial, faturamento e gestão de risco corporativo, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.7 - Tributos a recuperar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	49.313	17.975
Imposto de renda retido na fonte	7.132	5.179
PIS e COFINS a compensar	82.431	90.642
Imposto de renda e contribuição social antecipada	19.521	19.002
Outros	<u>11.558</u>	<u>11.242</u>
	<u>169.955</u>	<u>144.040</u>
Não Circulante		
ICMS a recuperar	79.963	39.549
PIS e COFINS a compensar	<u>57.455</u>	<u>-</u>
	<u>137.418</u>	<u>39.549</u>

4.8 - Dividendos a receber

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 e do estatuto social.

Os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. Os Dividendos apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram nos valores de R\$ 24.788 e R\$ 9.289 respectivamente.

4.9 - Despesas pagas antecipadamente

Referem-se à contratação de seguros de Responsabilidade Civil Geral, Riscos Operacionais, Transporte Internacional Importação, Transporte Nacional, Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário e Responsabilidade Civil Operador Portuário vigentes de novembro de 2015 a outubro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	3.937	3.860
Despesas c/ licença de uso de softwares	207	-
	<u>4.144</u>	<u>3.860</u>

	<u>Valor</u>	<u>Parcelas a apropriar</u>		<u>Vigência</u>
Circulante				
Prêmios de seguros pagos antecipadamente				
Responsabilidade Civil Geral	1.975	11 parc. R\$164,6	1.810	nov/2015 a nov/2016
Riscos Operacionais	2.340	11 parc. R\$193,3	2.127	nov/2015 a out/2016
Despesa c/ licença de uso de softwares	356	07 parc R\$ 29,6	207	ago/2015 a jul/2016
			<u>4.144</u>	

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Valores em milhares</u>
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Transporte Nacional	All Risk	R\$ 150 por evento
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Responsabilidade Civil Operador Portuário	All Risk	USD 50.000

4.10 - Sinistros a recuperar e demais contas a receber

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Adiantamento a empregados	1.557	-
Adiantamento a fornecedores	1.167	1.121
Outras contas	6.656	3.288
	<u>9.380</u>	<u>4.409</u>
Sinistros a recuperar	1.852	-
	<u>1.852</u>	<u>-</u>
	<u>11.232</u>	<u>4.409</u>

4.11 - Depósitos judiciais e Contingências

	31/12/2015		31/12/2014	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Provisão para contingências Cíveis	708	37	600	-
	708	37	600	-

Depósitos judiciais (movimentação)

	31/12/2014	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2015
	Cíveis	600	-	-	108
	600	-	-	108	708

Provisões para contingências (movimentação)

	31/12/2014	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2015
	Cíveis	-	35	-	2
	-	35	-	2	37

a) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 708, (31 de dezembro de 2014 R\$ 600).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável. Não há, para os anos de 2015 e 2014, contingências possíveis e não provisionadas.

4.12 - Investimentos

(a) Composição dos saldos de participações societárias

	31/12/2015	31/12/2014
Ferrovia Centro Atlântica S.A (FCA)	1.596.075	1.567.147
Ferrovia Norte Sul S.A (FNS)	1.962.366	1.475.310
	3.558.441	3.042.457

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está sumarizada da seguinte forma:

Imobilizado - Custo	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Equipamentos autônomos	18.798	-	-	24.754	43.552
Veículos	-	-	-	98	98
Bens administrativos/auxiliares	140	-	-	165	305
Equipamentos e aplicativos de informática	1.878	-	-	98.970	100.848
Locomotivas	681.796	-	-	243.615	925.411
Vagões	778.823	-	(676)	438.995	1.217.142
Outros Ativos	-	-	-	14.027	14.027
	1.481.435	-	(676)	820.624	2.301.383
Terrenos	11.772	-	-	3.540	15.312
Adiantamento fornecedores imobilizado	30.595	2.735	(8.137)	-	25.193
Benfeitorias em curso	327.550	1.226.207	-	(824.164)	729.592
	369.917	1.228.942	(8.137)	(820.624)	770.097
	1.851.352	1.228.942	(8.813)	-	3.071.480

Imobilizado - depreciação	31/12/2014	Adições	31/12/2015
Equipamentos autônomos	(388)	(1.336)	(1.724)
Veículos	-	(11)	(11)
Bens administrativo-auxiliares	(13)	(29)	(42)
Equipamentos e aplicativos de informática	(344)	(15.818)	(16.162)
Locomotivas	(31.941)	(32.824)	(64.765)
Vagões	(21.272)	(28.844)	(50.116)
Outros Ativos	-	(489)	(489)
	(53.958)	(79.351)	(133.309)

A companhia não tem nenhum ativo imobilizado dado como garantia

4.14 - Intangível

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito contratual (i)	825.384	(825.384)	-	-
Direito contratual (ii)	37.000	(31.450)	5.550	12.941
Direito contratual (iii)	107.172	(107.172)	-	-
	969.556	(964.006)	5.550	12.941

Intangível - custo	31/12/2014	Adições	31/12/2015
Direito contratual (i)	426.662	398.722	825.384
Direito contratual (ii)	37.000	-	37.000
Direito contratual (iii)	51.899	55.273	107.172
	515.561	453.995	969.556

Intangível - amortização	31/12/2014	Adições	31/12/2015
Direito contratual (i)	(426.662)	(398.721)	(825.384)
Direito contratual (ii)	(24.059)	(7.392)	(31.450)
Direito contratual (iii)	(51.899)	(55.273)	(107.172)
	(502.620)	(461.386)	(964.006)

(i) Contrato celebrado entre Vale S.A e VLI Multimodal S.A

A Companhia adquiriu da Vale S.A o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória - Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A.

A opção do direito de reserva de capacidade é calculada com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para as quais a Vale S.A reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O contrato se enquadra dentro das operações da Companhia e não se refere à operação com expectativa de ganho financeiro ou especulativo.

(i) Contrato celebrado entre Ferrovia Centro Atlântica S.A e VLI Multimodal S.A

O exercício da opção da Reserva de Capacidade celebrado com a Ferrovia Centro Atlântica S.A garante a Companhia a capacidade dos serviços, podendo ser negociada, na qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), com clientes e terceiros interessados, desde que sua atuação comercial esteja pautada de acordo com as normas da Concessão da Malha Centro-Leste.

Será devido a FCA, o valor de R\$ 87.663 milhões anuais, calculados com base na remuneração de seus ativos, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração será apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M). A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

(ii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log in Intermodal S.A.

Direito contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerizadas na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.

(iii) Direitos de exclusividade da Vale S.A

Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A e de suas empresas coligas e controladas.

A VLI Multimodal é empresa controlada pela VLI, constituída com o objetivo social de prestar serviços de transporte multimodal e atender de forma eficaz o segmento de carga geral, zelando pela garantia do escoamento da produção dos diversos setores produtores, exercendo importante papel centralizador no ajuste de procedimentos comerciais e operacionais junto a Vale S.A.

A Vale S.A é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto, Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos (TPD) e Terminal de Granéis Líquidos, todos na cidade de Vitória/ES.

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A para a prestação dos serviços.

4.15 - Fornecedores

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores terceiros (a)	197.584	147.675
Fornecedores partes relacionadas	272.842	171.610
	<u>470.426</u>	<u>319.285</u>
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	184.524	136.822
Mercado externo	13.060	10.853
	<u>197.584</u>	<u>147.675</u>

4.16 - Contas a pagar

Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais faturas.

Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, a Companhia concordou em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para a Companhia.

Em dezembro de 2015 estas operações apresentavam saldo de R\$ 28.628. (Em 2014 o saldo era R\$ 0).

4.17 - Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

a) Por instituição financeira

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Banco do Brasil	2.316	2.138
BNDES	206	100
BTG Pactual	848	719
Santander	1.145	38
Votorantim	2.039	278
Bradesco	781	781
Safra	550	-
Itaú	1.523	2.018
Custo de Transação	(961)	-
	8.447	6.072
Itaú (Debêntures)	18.490	-
Custo de Transação (Debêntures)	(1.112)	-
	17.378	-
	<u>25.825</u>	<u>6.072</u>

Não circulante

Banco do Brasil	383.224	315.241
BNDES	307.809	90.989
BTG Pactual	114.863	114.863
Santander	156.536	29.497
Votorantim	305.707	37.684
Bradesco	105.767	105.766
Safra	107.659	-
Itaú	489.644	454.606
Custo de Transação	(7.686)	(9.280)
	<u>1.963.523</u>	<u>1.139.366</u>
Itaú (Debêntures)	232.358	-
Custo de Transação (Debêntures)	(3.804)	-
	<u>228.554</u>	<u>-</u>
	<u>2.192.077</u>	<u>1.139.366</u>

b) Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>Juros apropriados (*)</u>	<u>Juros Pagos</u>	<u>Custo transação</u>	<u>31/12/2015</u>
VLI Multimodal						
BNDES	91.089	216.803	2.408	(2.285)	-	308.015
Bradesco	106.548	-	3.705	(3.705)	-	106.548
Brasil	317.379	67.983	11.497	(11.319)	-	385.540
BTG Pactual	115.582	-	4.029	(3.900)	-	115.711
Itaúbba	456.624	34.385	41.210	(41.126)	-	491.093
Santander	29.535	127.038	7.819	(6.713)	-	157.681
Votorantim	37.962	268.023	7.377	(5.616)	-	307.745
Itaú (Debêntures)	-	232.358	18.490	-	-	250.848
Safra	-	107.594	615	-	-	108.209
Custo de Transação	(9.280)	-	-	-	(4.206)	(13.486)
	<u>1.145.438</u>	<u>1.054.184</u>	<u>97.150</u>	<u>(74.664)</u>	<u>(4.206)</u>	<u>2.217.902</u>

(*) No ano de 2015, R\$ 52.978 dos juros decorrentes dos empréstimos, financiamentos e debêntures, foram apropriados para o ativo imobilizado.

c) As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tem vencimento nos seguintes anos:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	-	48.529
2017	325.071	142.510
2018	393.684	159.052
2019	371.203	156.504
2020	587.348	642.051
2021 em diante	526.261	-
Custo de Transação	(11.490)	(9.280)
	<u>2.192.077</u>	<u>1.139.366</u>

d) Em 31 de dezembro de 2015, as taxas de juros anuais sobre as dívidas de longo prazo eram como segue:

Modalidade	Taxas	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
FINEM	TJLP + 2,12% a.a - 3,45% a.a	324.479	-
FINAME	2,5% a 6,0% a.a	1.349.291	886.246
CRI - Créditos de Recebíveis Imobiliários	TR+10,80% a.a	297.439	262.400
Debêntures	(Quadro abaixo)	232.358	-
Custo de Transação		(11.490)	(9.280)
		<u>2.192.077</u>	<u>1.139.366</u>

Emissora	VLI Multimodal S.A.
Ativo	VLIM11 - Série/Emissão Única/1
Tipo	Público com esforços restritos
Forma	Escritural
Classe	Não Conversível
Volume	R\$ 232.358.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil reais)
Valor Nominal	R\$ 1.000,00
Garantias	Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão
Data de Emissão	15 de junho de 2015
Prazo	5 anos
Forma de Amortização	Juros serão pagos anualmente a partir da data de emissão
Pagamento de Remuneração	Anual, a partir da Data de Emissão
Remuneração	IPCA + 6,8839% a.a.
Destinação de Recursos	Construção de terminal logístico na cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais
Negociação	CETIP

Em 31 de dezembro de 2015 o valor justo dos empréstimos é o mesmo que o valor contábil apresentado nas demonstrações.

i) Garantias

Os empréstimos contratados em 2012 do Banco do Brasil e BNDES que compõe parte dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 foram garantidos pela Vale S.A enquanto esta era controladora da VLI S.A., considerando que o controle da VLI S.A hoje é compartilhado, estas garantias foram substituídas por cartas fianças. Estes empréstimos têm carência para pagamento das parcelas de principal até 2016. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

Os empréstimos contratados em 2013 dos bancos Votorantim, Itaú, Banco do Brasil, BTG Pactual e Bradesco que compõe parte dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 feitos para VLI Multimodal, são garantidos pelo sócio controlador VLI S.A. e alienação fiduciária.

Estes empréstimos têm carência para pagamento das parcelas de principal até 2017. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

ii) Covenants

Os principais *covenants* obrigam aos garantidores dos empréstimos e financiamentos a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e de cobertura de juros. Não identificamos nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2015.

4.18 - Obrigações fiscais

Circulante	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	39.284	10.694
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	10.971	6.051
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	5.774	122
PIS, COFINS	-	9.129
ISS (Imposto s/ Serviços)	3.099	2.314
Outros	325	-
	59.453	28.310

4.19 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Salários e encargos	5.409	-
Provisão para férias e 13º Salário	6.215	-
Benefícios trabalhistas	79	-
Participação nos resultados	25.215	-
	<u>36.918</u>	<u>-</u>

4.20 - Provisões Operacionais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Seguro responsabilidade Civil	1.975	2.304
Seguro risco Operacional	2.520	2.126
Outros operacionais	-	93
	<u>4.495</u>	<u>4.523</u>

4.21 - Antecipações de clientes

Referem-se a adiantamentos de fretes futuros recebidos de clientes que, em 31 de dezembro de 2015, somavam R\$ 235 (2014 - R\$ 235). Serão amortizados quando da prestação de serviços de fretes.

4.22 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguintes:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	292.139	206.611
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício ajustado	292.139	206.611
Reserva legal - 5%	(14.607)	(10.331)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	277.532	196.280
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>(69.383)</u>	<u>(49.070)</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dividendos 2014 aprovados em AGO	5	49.070
Dividendos propostos em 2015	69.383	-
Saldo dos dividendos propostos	<u>69.388</u>	<u>49.070</u>

4.23 - Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

O saldo de adiantamentos no Ativo não Circulante em 31 de dezembro de 2015 R\$ 2.908.658 (R\$ 2.502.658 em 31 de dezembro de 2014) e no Passivo não Circulante o saldo em 31 de dezembro de 2015 R\$ 0 (R\$ 2.336.631 em 31 de dezembro de 2014), trata-se dos recursos repassados para a controlada direta TUF Empreendimentos e Participações, visando atender às necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da controlada indireta Ultrafertil S.A.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital no passivo não circulante foram integralmente aportados no exercício de 2015, em 31 de dezembro de 2014 o saldo acumulado era de R\$ 2.336.631. Os respectivos adiantamentos foram emitidos em caráter irrevogável e foram capitalizados e aprovados em assembleia geral dos acionistas.

4.24 - Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia era R\$ 3.985.184, representado por 188.773.564.256 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas.

Em 29 de abril de 2015, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGOE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 2.336.631 mediante a emissão de 107.006.982.555 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de dezembro de 2015, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 619.508 mediante a emissão de 28.370.588.019 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Nesta data o capital social da Companhia passou de R\$ 6.321.816 para R\$ 6.941.323 representados por 324.151.134.830 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

<u>VLI Multimodal S.A.</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Ações</u>	<u>Participação</u>
<u>Composição dos Acionistas</u>	<u>R\$</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>
VLI Participações S.A.	0,01	1	0,0%
VLI S.A.	6.941.323.071,89	324.151.134.829	100,0%
Totais	6.941.323.071,90	324.151.134.830	100,0%

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 19 de janeiro de 2000, a Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia e a VLI Multimodal S.A, celebraram com interveniência da Vale S.A, um Contrato de Opção de Compra e Venda de Ações da Ferrovia Centro Atlântica S.A. Em 17 de fevereiro de 2012 a VLI Multimodal S.A exerceu sua opção de compra de ações.

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

d) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

e) Transferência de ações

Em 31 de dezembro de 2015, a VLI S.A. transferiu para VLI Multimodal S.A. a propriedade de 357.565.023 ações ordinárias emitidas pela Ferrovia Norte Sul S.A. – FNS, equivalente a 20,88% do capital social, pelo valor de R\$ 404.507.

f) Lucro por ação

(i) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro líquido por ação.

(ii) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas.

	<u>31/12/2015</u>
Cálculo da média ponderada	
(188.773.564.256 x 3/12) + (295.780.546.811 x 8/12) + (324.151.134.830 x 1/12)	271.393.016.841
Lucro líquido do período	292.139
Ações em	271.393.016.841
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	1,08

	<u>31/12/2014</u>
Cálculo da média ponderada	
(188.773.564.256 x 12/12)	188.773.564.256
Lucro líquido do período	206.611
Ações em	188.773.564.256
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	1,09

4.25 - Receita

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	1.801.169	1.704.670
Receita de utilização de pátios	-	2
Receita de estadia de vagões	351	928
Receita de serviços portuários	533.362	495.137
Receita de serviços acessórios	5.791	8.074
	<u>2.340.673</u>	<u>2.208.811</u>
Impostos sobre serviços		
ISS	(26.733)	(24.772)
ICMS	(100.639)	(95.431)
PIS	(33.632)	(44.799)
COFINS	(154.910)	(160.047)
	<u>(315.914)</u>	<u>(325.049)</u>
Descontos		
Descontos Concedidos	(216)	-
Receita líquida dos serviços vendidos	<u>2.024.543</u>	<u>1.883.762</u>

4.26 - Custos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	(13.602)	-
Tributos	(1.343)	-
Encargos Sociais	(2.991)	-
Material e componentes ferroviárias	(7)	-
Serviços contratados (*)	(1.074.206)	(1.039.921)
Depreciação	(67.267)	(40.381)
Amortização Direito Contratual	(461.386)	(485.953)
Outros	-	(2.160)
	<u>(1.620.802)</u>	<u>(1.568.415)</u>

(*) Os valores referem-se principalmente a prestação de serviços de transporte (modelo tarifário) entre FCA e VALE.

4.27 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	(65.484)	-
Encargos Sociais	(6.078)	-
Serviços contratados	(21.336)	(128.732)
Combustíveis	(4)	-
Materiais	(23)	-
Diversos	(60.858)	-
Tributos	(1)	(1)
Depreciação	(12.115)	(357)
	<u>(165.899)</u>	<u>(129.090)</u>

Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada direta da VLI S.A foi celebrado entre as partes um Acordo de Cooperação para Compartilhamento de Custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora.

O prazo de vigência do referido acordo é de 24 meses, sendo renovado por igual período.

b) Outras (despesas) receitas, líquidas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	15.081	3.623
Recuperação de despesas	24.636	1.047
Multas contratuais	19.882	21.948
Outros	15.153	-
	<u>74.752</u>	<u>26.618</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(6.524)	(2.032)
Baixa de Ativos	(64)	-
Provisão para Contingências	(37)	-
Outros gastos c/pessoal	(1.495)	-
Perda de recebíveis	(37)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(3.874)	-
Multas contratuais	(6.727)	(3.978)
Outras operacionais	197	(2.214)
Indenizações	(10.469)	(2.500)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(1.901)	(1.532)
	<u>(30.931)</u>	<u>(12.256)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>43.821</u>	<u>14.362</u>

4.28 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	15.997	8.949
Juros, taxas e multas de mora	1.935	250
Outras receitas financeiras	1.143	576
	<u>19.075</u>	<u>9.775</u>
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(5.277)	(3.077)
Encargos sobre empréstimo e financiamento	(44.554)	(23.409)
Encargos por atraso	(30)	-
Juros, taxas e multas	(492)	(132)
Outras despesas financeiras	(7.414)	(2.230)
	<u>(57.767)</u>	<u>(28.848)</u>
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial	<u>(1.245)</u>	<u>685</u>
	<u>(1.245)</u>	<u>685</u>
Resultado financeiro	<u>(39.937)</u>	<u>(18.388)</u>

4.29 - Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos.

O total dos créditos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	1.245	770
Provisão para contingências	9	-
Outras provisões	<u>7.428</u>	<u>1.224</u>
	<u>8.682</u>	<u>1.994</u>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	448	277
Provisão para contingências	3	-
Outras provisões	<u>2.674</u>	<u>441</u>
	<u>3.125</u>	<u>718</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	9.232	-
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	2.575	(2.712)

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ano		
2016	<u>9.232</u>	<u>-</u>
	<u>9.232</u>	<u>-</u>

Abaixo apresentamos a composição dos tributos diferidos reconhecidos:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda diferido		
Outras provisões operacionais	<u>6.788</u>	<u>-</u>
	<u>6.788</u>	<u>-</u>
Contribuição social diferida		
Outras provisões operacionais	<u>2.444</u>	<u>-</u>
	<u>2.444</u>	<u>-</u>
	<u>9.232</u>	<u>-</u>

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2015		31/12/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	368.029	368.029	265.767	265.767
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	4.378	4.378	415	291
Equivalência Patrimonial	(136.265)	(136.265)	(83.537)	(83.537)
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	1.901	1.901	1.532	1.532
Constituição (reversão) de provisão para contingências	37	37	-	-
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	(1.110)	(1.110)	4.896	4.896
Constituição (reversão) de participação nos resultados	25.215	25.215	-	-
Base de cálculo	262.185	262.185	189.073	188.949
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	(56.597)
Lucro real após prejuízo fiscal	262.185	262.185	189.073	132.352
Compensação de prejuízos fiscais	-	(38.709)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	(65.522)	(20.113)	(47.244)	(11.912)
PAT	513	-	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição diferidos	6.788	2.444	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(58.221)	(17.669)	(47.244)	(11.912)

4.30 - Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale S.A.	Controladora indireta
VLI S.A.	Controladora direta
FNS	Controlada
FCA	Controlada

As transações entre as partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balanço Patrimonial	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
Contas a receber		
Ultrafértil S.A.	823	-
Ferrovia Norte Sul S.A.	2.408	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	9.893	-
VLI Operações Portuárias S.A.	539	-
VLI S.A.	30	-
Vale S/A (a)	19.088	6.506
Vale Fertilizantes S.A.	7	58
	<u>32.788</u>	<u>6.564</u>
Ativo não circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	2.795.892	2.433.892
Ferrovia Norte Sul S.A.	112.766	68.766
	<u>2.908.658</u>	<u>2.502.658</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores (b)		
MRS Logística S.A.	331	-
Pasa- Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale	26	-
Ferrovia Norte Sul S.A.	16.089	-
Valia	777	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	167.668	39.538
VLI S.A.	10.883	9.646
Vale S/A	77.068	122.426

	<u>272.842</u>	<u>171.610</u>
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (c) VLI S.A	-	<u>2.336.631</u>
	<u>-</u>	<u>2.336.631</u>
Benefícios a empregados pós-aposentadoria		
	<u>12.622</u>	<u>-</u>
	<u>12.622</u>	<u>-</u>

- (a) Saldos a receber da Vale S.A. no montante de R\$ 19.088 (2014 - R\$ 6.506) no ativo circulante refere-se a “*take or pay*” oriundo do Contrato de Prestação de Serviço, ao repasse de faturamento de frete de transporte ferroviário recebido indevidamente pela Vale S.A. No ativo não circulante, o montante de R\$ 2.908.658 (2014 - R\$ 2.502.658) refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuado para suas controladas FCA e FNS.
- (b) Os valores a pagar no passivo circulante são referentes aos Contratos de Prestação de Serviço Ferroviário com a Vale S.A de R\$ 77.068(2014 R\$ 122.426) e com FCA de R\$ 167.668 (2014 R\$ 39.538); e ao compartilhamento de custos e despesas administrativas da VLI S.A. no montante de R\$ 10.883 (2014 R\$ 9.646).
- (c) No passivo não circulante não ocorreu alterações na rubrica que se refere a adiantamentos para futuro aumento de capital de sua controladora VLI S.A., (2014 - R\$ 2.336.631).

Demonstrações do Resultado

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas		
Outras Receitas (despesas) operacionais		
Vale S/A	16.592	1.262
Vale Fertilizantes S.A	7	-
Ferrovia Norte Sul S.A	1.827	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A	8.328	-
VLI S/A	(47.633)	-
VLI Operações Portuárias S.A	4.998	-
	<u>(15.881)</u>	<u>1.262</u>
Custo com aluguel de equipamentos		
Ferrovia Centro Atlântica S.A	(74.075)	(150.159)
Ferrovia Norte Sul S.A	(12.663)	(25.264)
	<u>(86.738)</u>	<u>(175.423)</u>
Custo dos serviços		
Vale S.A (d)	(643.026)	(764.646)
Ferrovia Centro Atlântica S.A (d)	(711.759)	(615.724)
Log-in Logística Intermodal S.A (d)	(7.392)	(7.392)
PASA	(182)	-
VLI S/A	-	(107)
	<u>(1.362.359)</u>	<u>(1.387.869)</u>
Previdência Complementar	(3.254)	-
	<u>(3.254)</u>	<u>-</u>

- (d) Os valores relativos a custos dos serviços em 2015 e 2014 são relacionados aos custos incorridos da prestação de serviços oriundas dos contratos entre a Companhia, a FCA, Vale S.A e a Log-in Logística Intermodal S.A..
- (e) Refere-se ao custo do contrato de aluguel de locomotivas e vagões assinado entre a Companhia e suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A e Ferrovia Norte Sul S.A. O contrato terá vigência de 14 anos e será pago anualmente, sendo o valor ajustado pelo IGPM (Índice Geral de Preços Médios).

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A.

4.31 - Benefícios a Empregados

Previdência complementar

Foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica sem fins lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício – VLI Multimodal

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Em 31 de dezembro de 2015, 495 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano.

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios VLI Multimodal, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$ 3.254. (Em 31 de dezembro de 2014 R\$ 0)

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

4.32 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 eram caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Despesas pagas antecipadamente, demais contas a receber, Adiantamento para futuro aumento de Capital – AFAC, Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Antecipações de clientes, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 correspondem:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos		
Contas a receber	148.924	161.315
Partes relacionadas	32.788	6.564
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	7.496	6.301
Aplicações financeiras	243.594	274.407
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.908.658	2.502.658
	3.341.460	2.951.245
Passivos		
Fornecedores	197.584	147.675
Contas a pagar	28.628	-
Empréstimos e financiamentos	1.971.970	1.145.438
Partes relacionadas	272.842	171.610
Debêntures	245.932	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	2.336.631
	2.716.956	3.801.354

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2015 e em 2014. A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos e financiamentos que terão taxas de juros fixas e aplicações financeiras que são de curto prazo e remuneradas pela CDI; que não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2015.

31/12/2015				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	14,14%	12,73%	11,31%	9,19%

(i) A taxa do final do exercício do ano de 2015.

31/12/2015				
	31/12/2015	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	15.997	14.397	12.797	10.398

b) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debentures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores (TJLP, IPCA e TR).

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2015.

31/12/2015

Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	6,50%	7,15%	7,80%	8,77%
TR	1,80%	1,98%	2,16%	2,43%
IPCA	9,79%	10,77%	11,75%	13,22%

(i) A taxa do final do exercício leva em consideração a média ponderada do ano de 2015.

31/12/2015

	31/12/2015	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	(6.279)	(6.906)	(7.534)	(8.476)
Encargos Financeiros - TR	(38.244)	(39.001)	(39.070)	(39.173)
Encargos Financeiros - IPCA	(11.128)	(12.241)	(13.353)	(15.023)

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que as prestações de serviços, pelas características dos produtos transportados e a dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido conforme tabela abaixo.

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.
- Os limites do *rating* são atendidos pela companhia e também pela sua Controladora.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

d) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Total passivo	2.900.107	3.883.678
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(251.090)</u>	<u>(280.708)</u>
	2.649.017	3.602.970
Patrimônio líquido	7.301.001	4.122.106
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	2.336.631
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>7.301.001</u>	<u>6.458.737</u>
	36,28%	55,78%

4.33 – Eventos Subsequentes

4.33.1 - Deliberação da ANTT

DELIBERAÇÃO Nº 29, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

A ANTT definiu, através desta deliberação as diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A, no trecho Centro-Leste.

Por meio da resolução ANTT 4131, de 3 de julho de 2013, a Agencia autorizou a FCA a proceder à desativação e à devolução de trechos ferroviários.

Em 21 de janeiro de 2016, a Agência deliberou as seguintes diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal:

- O valor inicial da indenização será de R\$ 876.021.391,70 considerando a data base de março de 2012, e poderá ser acrescido quando da finalização de inspeção completa acerca dos trechos ferroviários antieconômicos devolvidos, nos termos do inciso III, art. 2º, da Resolução nº 4.131/2013.
- O valor da indenização deverá ser atualizado mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização devidamente atualizado.
- Na hipótese de o valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, ser inferior ao valor devido à União, a ANTT poderá indicar a execução de novas obras, de maneira que até o termo final do Contrato de Concessão seja quitado o valor da indenização.

- Cada obra será registrada em conta contábil específica de Quarto Grau, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- Previamente ao início da execução da obra, a FCA informará à Superintendência de Processos Finalísticos responsável pelo acompanhamento dos Contratos de Concessão de Ferrovias, as contas contábeis que serão utilizadas para a realização dos registros de que trata as alíneas I, II e III do caput.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- O Ato Autorizativo definirá o prazo para a Quitação da Obra, que incluirá prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a transferência de propriedade ao Poder Concedente.

Para o controle do saldo da indenização de que trata o §1º do Art. 1º, deverá ser observado os seguintes aspectos:

- o valor da indenização será calculado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Art. 1º;
- o valor autorizado para a execução da obra será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra;
- o valor autorizado para a execução da obra, devidamente atualizado, será deduzido do saldo da indenização quando da Quitação da Obra, que ocorre com a transferência de propriedade;
- a atualização do valor autorizado para a execução da obra cessará no prazo definido em Ato Autorizativo para a Quitação da Obra, exceto quando o atraso ocorrer por fatos comprovadamente não imputáveis à Concessionária; e
- a Concessionária deverá divulgar, nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Publicadas, quadro demonstrativo atualizado do saldo da indenização, de modo que fiquem demonstradas pelo menos as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

Na hipótese de o bem dado em pagamento permanecer com a FCA em razão de sua finalidade, em ato contínuo à transferência de propriedade deverá ser elaborado instrumento jurídico que permita sua cessão à Concessionária.

4.33.2 - Aumento de capital

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Companhia em R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) passando de R\$ 6.941.323.071,90 (seis bilhões, novecentos e quarenta e um milhões, trezentos e vinte e três mil, setenta e um reais e noventa centavos), para R\$ 7.001.323.071,90 (sete bilhões, um milhão, trezentos e vinte e três mil, setenta e um reais e noventa centavos).

5 – ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor Presidente

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor

Gustavo Serrão Chaves

Diretor

Fabio Stewson de Souza

Contador

CRC-MG 45.913/O-6 “S” RJ